

Fronteiras no mundo globalizado: o fim dos limites?

Naia Oliveira*
Tanya M. de Barcellos*

As transformações mundiais deste fim de século, definidas especialmente pela internacionalização da economia no marco de profundas mudanças tecnológicas e da constituição de união econômica entre países, apresentam desdobramentos relevantes em vários campos, dentre os quais destacamos a presença de novas condições de localização das atividades produtivas, vinculadas ao avanço das comunicações e da informática, a ocorrência de movimentos populacionais específicos e uma redefinição do papel do Estado. Configura-se um novo quadro social profundamente marcado pela globalização tecnológica e financeira experimentada pelo capitalismo, onde se manifestam fenômenos complexos, de âmbito tanto mundial como local.

Nesse contexto, podemos situar a questão da transformação do perfil que estão sofrendo as áreas de fronteira entre os países, pois as divisões político-geográficas, que antes desenhavam com maior nitidez as nacionalidades, atualmente sofrem um significativo processo de ajuste desenvolvido pelo capital, imprimindo a dominação de novas relações econômicas e comerciais que exigem uma flexibilização das barreiras que aí se erguiam. Mais especificamente, verificamos que a livre circulação de mercadorias e de capitais é facilitada, bem como o trânsito de populações entre os países, embora contraditoriamente sejam erguidos obstáculos à livre movimentação da força de trabalho.

Nosso foco volta-se para o tema da fronteira, mais especificamente da fronteira brasileira, procurando apontar problemas emergentes. De um lado, estão aqueles relacionados com as migrações e o meio ambiente, que surgem com força por se constituírem, *a priori*, em questões de conflito e por envolverem ameaças aos recursos naturais, atingindo a área fronteira em geral. De outro lado, aparecem os impactos que são decorrência imediata dos primeiros acordos comerciais do Mercosul, com destaque para as regiões limítrofes do Brasil com a Argentina e o Uruguai.

* Socióloga, Técnica da Fundação de Economia e Estatística, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos.

Esta reflexão pretende contribuir para a discussão sobre as perspectivas de nossa fronteira, espaço extremamente vulnerável tendo em vista os rumos neoliberais que estão norteando a inserção do País no mundo, procurando acentuar a complexidade e a diversidade de questões que estão em pauta com o desenrolar dos planos de integração.

Algumas orientações teóricas para compreender as fronteiras no mundo atual

As mudanças estruturais em curso neste fim de século, mudanças estas que afetam a base da produção capitalista, a política e a sociedade em nível mundial, estão na base das questões que queremos discutir. São pontos fundamentais para entendê-las a internacionalização do capital, a mundialização das relações produtivas e comerciais e a redefinição da divisão global do trabalho, que promovem um reordenamento dos territórios em várias escalas.

No bojo desses processos, ocorre uma profunda transformação no perfil das áreas de fronteira entre os países, pois elas cumprem um papel importante no processo de rearticulação dos espaços nos níveis mundial, regional e local. As fronteiras nacionais constituem entraves para o capital, devendo ser eliminadas, de modo a possibilitar o livre trânsito de mercadorias e capitais e a difusão de informações (MÉLO, 1997). Trata-se da supressão das barreiras à circulação dos capitais, dos bens e dos serviços, de modo que a rotação do capital possa se dar em ritmo cada vez mais rápido (SCHWEITZER, 1996).

A noção de fronteira remete originalmente à idéia de limite, resultante da afirmação da soberania de um Estado sobre um determinado espaço. Portanto, trata-se dos limites político-geográficos que conformam os territórios nacionais, dentro dos quais se organizam os diversos aspectos da vida social e do Estado, constituindo uma dinâmica referida a um momento histórico determinado.

As áreas de fronteira incorporam um caráter contraditório, pois, ao mesmo tempo em que separam nações, ressaltando suas identidades, podem também diluí-las, já que, enquanto primeira porção de tangência, trazem a potencialidade de expressar também um espaço de identificações.

As fronteiras são, ainda, expressão de transformações que estão se gerando, concomitantemente, no contexto mundial, no interior das sociedades e nas relações de vizinhança.

Conforme Bourdieu,

“(...) a fronteira, esse produto de um acto jurídico de delimitação, produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta: basta pensar na acção do sistema escolar em matéria de língua para ver que a vontade política pode desfazer o que a história tinha feito” (BOURDIEU, 1989, p.115).

O autor refere ainda o fato de que não existem critérios capazes de fundamentar as classificações em regiões “naturais” separadas por fronteiras “naturais”. Trata-se de representações, que podem estar embasadas em fatores objetivos — como ascendência, território, língua, religião, atividade econômica — ou subjetivos — como o sentimento de pertencimento.

Nessas considerações, encontramos o suporte para a compreensão de uma das dimensões da concepção de fronteira que inspira este estudo. Bourdieu orienta nosso olhar para dentro dessas áreas, para a sua caracterização como zona de contato, contato que faz parte das relações de vizinhança entre as populações, que podem ser marcadas pela convivência cooperativa, ou até pela hostilidade, ou seja, ressalta a constituição de uma identidade própria, estruturada sobre diversas relações sociais, envolvendo, dentre outros aspectos, a família, os costumes, os idiomas e os valores.¹

Com isso, estamos querendo chamar atenção para o caráter dinâmico que tem a conformação da identidade fronteira, havendo, portanto, a possibilidade de que as representações que constroem essa identidade se transformem a partir da ação de novas relações sociais internas a esse contexto.

A outra dimensão dos pressupostos desta abordagem insere as áreas de fronteira no curso de um processo histórico, com uma natureza contraditória e em mudança, voltando nosso foco para as relações que se estabelecem exteriormente a essas áreas, identificando-as como um subespaço nacional, que pode estar relativamente isolado ou integrado à vida nacional e que sofre as interferências dos processos que se verificam em nível mundial.

¹ Para ilustrar essa questão, achamos interessante relatar as impressões de viagem pela Europa de Fritjof Capra, contida em seu livro **Sabedoria Incomum**: “A impressão que mais se sobressaiu nessa viagem foi me dar conta de quanto as fronteiras nacionais européias são divisões artificiais. Reparei que língua, os costumes e as características físicas das pessoas não mudam de maneira abrupta nas fronteiras, e sim gradual, e notei que as pessoas de ambos os lados das divisas frequentemente tinham muito mais em comum umas com as outras do que, digamos, com os habitantes da capital de seu país. Hoje essa percepção está formalizada no programa político de uma ‘Europa das Regiões’ proposto pelo Movimento Verde europeu” (CAPRA, 1988, p.29 e 30).

Fronteiras brasileiras: um quadro de tensões

Inicialmente, é necessário ressaltar o caráter periférico que assumem as fronteiras em geral e em especial na América Latina. Essas áreas, assim como muitas regiões do interior dos países, apresentam baixos níveis de desenvolvimento, ocupação rarefeita, tendência à monoprodução e, ainda, forte dependência dos principais centros de decisão em termos comerciais, financeiros e políticos (VALENCIANO, 1996), o que as torna especialmente vulneráveis frente às mudanças decorrentes da reestruturação econômica.

A primeira questão emergente que apontamos remete aos reflexos dessa nova dinâmica no fenômeno migratório, que assume maior complexidade na medida em que a rearticulação da economia impõe uma diversidade de estratégias para a população na busca de inserção no mercado de trabalho.

Lembramos que, no contexto da formação de blocos econômicos, as migrações entre países tendem a se intensificar, especialmente os fluxos clandestinos, criando um mercado de trabalho “transnacional”, onde o imigrante aparece como mão-de-obra barata e temporária, que funciona como elemento disciplinador frente às exigências salariais e previdenciárias dos trabalhadores locais.

No caso dos países do Cone Sul, um fator importante na configuração do fenômeno migratório e que pode afetar diretamente a área da fronteira, são os problemas relacionados com o desenvolvimento da produção agropecuária. De um lado, temos sua vulnerabilidade, tendo em vista os diferenciais de competitividade entre os países e a ausência de políticas compensatórias, fatos geradores de crises na produção agrícola. De outro, existem as diferenças nas legislações que regulamentam as relações de trabalho, bem como os desníveis nos preços da terra, funcionando como elementos que favorecem a circulação dos fatores capital e trabalho. Finalmente, temos ainda a questão fundiária tensionando as relações no campo e criando uma pressão pela distribuição da terra.

São inúmeros os casos já relatados e documentados de migrações laborais incidindo na fronteira do Brasil com os países da América do Sul. O mais significativo envolve a área de fronteira com o Paraguai, onde chegaram a ser computados cerca de 500.000 agricultores em 1991, que mais recentemente organizaram um movimento de retorno, considerado como uma espécie de “repatriamento” de contingentes que constituiriam um grupo de “refugiados” por razões econômicas (ALMEIDA, 1995; SPRANDEL, 1995). Temos ainda a migração de trabalhadores para as lavouras de arroz e para o cultivo de ervais na fronteira do Brasil com a Argentina e o Uruguai (ALMEIDA, 1995). Essas situações, que nada mais são do que uma transnacionalização dos conflitos sociais do campo, estão sempre envoltas por conflitualidade.

Cabe assinalar que muitas dessas circunstâncias acompanham um fenômeno que cada vez ocorre com mais frequência nas nossas fronteiras, que é a migração de capitais, ou seja, o investimento em terra e a produção agrícola realizados por brasileiros em localidades uruguaias e argentinas. Um indicador para avaliarmos a dimensão assumida por essas práticas é o volume que atingiu a produção das lavouras brasileiras de arroz no Uruguai, que representou 60% das 524,6 mil toneladas colhidas em 1991 (ALMEIDA, 1995, p.34). Verificamos, ainda, que duas das maiores empresas beneficiadoras de arroz em nível nacional produzem na Argentina cerca de 300 mil toneladas do produto, o que representa 50% do consumo do RS (ALONSO, BENETTI, BANDEIRA, 1994).

Podemos também referir a situação que ocorre na fronteira brasileira com a Bolívia, mais especificamente na confluência da região de Santa Cruz com o nosso Centro-Oeste. Nessa fronteira, foi detectado um aumento de consórcios entre fazendeiros e a agroindústria, que vêm contribuindo para o crescimento econômico da região (NOVY, 1994). Não foi possível obtermos informações com relação ao impacto sobre as migrações, mas certamente esse fenômeno tem incidência na movimentação de trabalhadores.

A segunda questão que o processo de integração põe em evidência na fronteira brasileira diz respeito ao meio ambiente. A redução das barreiras para a circulação de capitais tem o potencial de ampliar a incidência de ações não controladas sobre os recursos naturais, fazendo crescer os riscos de contaminação ou agressão ao meio ambiente. Historicamente, na América Latina, as fronteiras têm sua importância relacionada aos recursos naturais, como, por exemplo, a exploração do nitrato e do petróleo, no caso do Chile frente aos seus vizinhos do sul, e a borracha na relação entre o Brasil e a Bolívia (NOVY, 1994).

Atualmente, para exemplificar, podemos citar a região fronteira do norte da Bolívia (Província de Pando) com o estado brasileiro do Acre, que conforma uma região ecológica com bases econômicas e culturais similares. O tratamento da questão ambiental, porém, é distinto nos dois lados daquela fronteira. O Acre é conhecido mundialmente pela sua luta contra o desflorestamento, o que não ocorre em Pando. Ao contrário, essa província sofre uma invasão de brasileiros para a extração de madeiras nobres ou para o garimpo, atividade que, ao utilizar o mercúrio, destrói os rios. Diferentemente do que ocorre no Brasil, o Estado boliviano tem se mostrado incapaz de exercer um controle sobre esse território, o que facilita a penetração de estrangeiros (Ibid., 1994). Nos países do Mercosul, observamos que a questão ambiental já está incorporada aos debates, com especial atenção à degradação dos recursos hídricos e minerais e à superexploração dos recursos florestais (SUERTEGARAY, 1994).

A ameaça aos recursos naturais que representa o aumento da permeabilidade das fronteiras não vem sozinha. Juntamente com ela, aparecem os con-

flitos relacionados com o deslocamento massivo de trabalhadores brasileiros para a Venezuela, a Colômbia e a Bolívia, onde vão trabalhar no garimpo e nos seringais.

Foram identificados, em 1991, 12.000 garimpeiros na região do rio Caroni e afluentes do Orenoco, constituindo o grupo conhecido como "brazuelanos". Na Colômbia, são 300 brasileiros no garimpo Maimate. Finalmente, na Bolívia, os "brasilianos" ou "brasivianos" somavam 60.000, nos rios Madeira e Abunã (ALMEIDA, 1995, p.35).

Também é grande o número de seringueiros trabalhando na Bolívia, cifra que estava em torno de 10.000 a 12.000 famílias em 1990, ou 15.000 trabalhadores em 1991, segundo a imprensa (Ibid., 1995).

Os grupos sociais acima referidos estão se constituindo como trabalhadores transnacionais, cuja identidade e direitos civis e trabalhistas estão indefinidos, propiciando o desenvolvimento de uma segmentação do mercado de trabalho, com uma conflitualidade latente, originada também de diferenças étnicas (SPRANDEL, 1995).²

Encaminhando, agora, a abordagem dos aspectos que se inserem no quadro dos impactos das iniciativas do Mercosul, contemplamos os seus efeitos desestruturadores sobre práticas e estruturas urbanas consolidadas nos espaços fronteiriços.

A partir da implementação das primeiras medidas definidas nos acordos entre o Brasil e a Argentina, especialmente aquelas envolvendo o comércio internacional, houve um incremento do tráfego de mercadorias, com impactos urbanos muito significativos na zona fronteira. Esta é uma repercussão importante do atual processo de integração e se localiza na estrutura interna das cidades de fronteira, do que são exemplos a deterioração das vias urbanas e as alterações no uso e na ocupação do solo.

Na fronteira com o Uruguai, foi muito significativo o incremento dos fluxos de veículos de carga passando pelas localidades onde estão situadas as aduanas do Rio Grande do Sul, ou seja, no Chuí, em Jaguarão e em Santana do Livramento (SCHÄFFER, 1996).

No caso da Argentina, esse crescimento foi ainda maior, especialmente o movimento em direção à Cidade de Uruguaiana, vizinha a Paso de los Libres, na Argentina, e resultou numa rápida degradação das vias de acesso, que não

² Não é demais referir, embora o fato não se verifique em área transfronteiriça, o caso, que já está bastante estudado, dos imigrantes bolivianos em São Paulo, trabalhadores da indústria de confecções, que permanecem no País sem documentação e que estão sofrendo forte discriminação, cujo alvo é sua origem indígena (SILVA, 1998).

foram projetadas para absorver tal impacto, atingindo, inclusive, as áreas urbanas (OLIVEIRA, 1996). Também o Município de Porto Xavier assistiu a uma intensificação no tráfego de veículos de carga cruzando a sua fronteira com o país vizinho (SCHÄFFER, 1996).

Outro fenômeno que observamos nas fronteiras do Mercosul aparece como decorrência das políticas de ajuste econômico, particularmente a homogeneização do câmbio entre os países vizinhos. Trata-se de um movimento de desarticulação dos comércios formal e informal estabelecidos na fronteira, que se verificou após as mudanças implementadas com o Plano Real. Em Uruguiana, a redução das diferenças cambiais resultou num refluxo impressionante do comércio e particularmente do comércio informal, que ocupava, no início dos anos 90, cerca de 6.000 pessoas (OLIVEIRA, 1996). A crise desencadeada por tal refluxo provocou um aumento das taxas de desemprego, com repercussões na deterioração das condições de vida e no incremento dos índices de criminalidade. Além disso, com a redução das barreiras alfandegárias, permitindo o livre trânsito de mercadorias, estas ficaram disponíveis para as populações nas cidades onde residem, aumentando as dificuldades do comércio em geral nos municípios de fronteira, que perderam o poder de monopolizar a venda de mercadorias nacionais aos países limítrofes.

Embora com menores proporções, o comércio informal aparece também em outros núcleos da fronteira do Cone Sul. Foi constatada a relevância dos "camelôs" em Santana do Livramento e em Quaraí, cidades "gêmeas" com Rivera e Artigas, no Uruguai. São igualmente numerosos os comerciantes informais que atuam em Jaguarão e no Município de Chuí (SCHÄFFER, s.d), propiciando o desenvolvimento de processos semelhantes, tendo em vista as alterações em curso nas políticas de estabilização das economias da região.

Atualmente, a recente desvalorização do real transforma essas condições, permitindo a ocorrência de um novo ciclo favorável ao comércio de fronteira no lado brasileiro, que, mesmo não se configurando com a dimensão alcançada no início desta década, deve ser mencionado.

Considerações finais: limites e possibilidades da integração fronteiriça

Frente ao processo de globalização, vemos que o papel das regiões fronteiriças dos países se distancia do exercício de controle sobre os limites territoriais e se volta para o de facilitador da passagem de fluxos, especialmente dos fluxos comerciais.

Observamos, porém, que, no bojo desse processo, o que tem ocorrido é um aumento da permeabilidade das fronteiras para os capitais, especialmente para os grandes empreendimentos. Os limites tiveram sua importância diminuída tendo em vista a necessidade de livre circulação das mercadorias e dos capitais, que vêm ignorando a necessidade de preservar as condições do meio ambiente desses espaços. Para as populações, no entanto, esses limites continuam existindo e podem até recrudesce, já que a flexibilização das fronteiras, nesse caso, tem um potencial conflitivo, cuja base é a ameaça aos mercados de trabalho nacionais.

Se imaginamos uma integração que efetivamente incorpore interesses mais amplos do que aqueles que até agora têm se expressado, entendemos que ela tem que ser construída pelas forças sociais voltadas para o desenvolvimento regional. Com o processo de criação de blocos econômicos entre países, as fronteiras brasileiras têm o potencial de se transformar em regiões integradas, sendo fundamental uma intervenção que transforme o rumo perverso que vem sendo imposto pelo processo de globalização, tendo em vista as realidades que são periféricas em relação aos grandes centros decisórios.

Considerando os planos do Mercosul enquanto política mais consolidada, com efeitos visíveis nos espaços fronteiriços, alguns pontos merecem ser destacados.

As profundas mudanças que estamos experimentando impõem ao projeto Mercosul grandes desafios, além dos que enfrenta em função da desigualdade econômica entre Paraguai e Uruguai de um lado e Brasil e Argentina de outro. Ademais, sem orçamento próprio, sem poder de intervenção e sem prever a participação dos diversos segmentos sociais envolvidos, como implementar uma política integrada de desenvolvimento nacional e regional? Esse quadro aponta, antes de mais nada, uma possível permanência das disparidades regionais com a situação privilegiada de desenvolvimento nos grandes centros principais — São Paulo, Montevideu, Buenos Aires —, enquanto as áreas periféricas poderão ficar relegadas à estagnação.

Porém, na perspectiva analítica, que entende a fronteira como espaço em transformação, é importante ressaltar o papel dos agentes sociais. Se, de um lado, a integração dos mercados vem acarretando problemas, que colocam a fronteira em situação difícil, por outro, pode representar um desafio à criatividade dos diferentes segmentos da sociedade, bem como um momento de criação de solidariedades que se oponha aos conteúdos fragmentadores que apresenta o processo global do qual faz parte.

Assim, é fundamental a implementação de políticas regionais, que possam potencializar nessas áreas a constituição de centros dinâmicos, contri-

buindo para criar formas alternativas de desenvolvimento, de modo que não se tornem apenas “corredores de mercadorias”, ou territórios de extração de riquezas, sustentados pela lógica da especulação.

Para que isso se concretize, é necessário que ocorra uma ampliação do espaço democrático, através de novas articulações políticas em nível regional, que se criem a partir da participação dos diversos atores sociais envolvidos, desde os partidos políticos até as diversas organizações sociais. Somente assim será possível avançar no sentido de intervir nas definições e nos rumos gerais do processo, de modo a impor controles ao livre jogo dos mercados. Não podemos esquecer que, no plano político, estamos experimentando uma fase de redução das funções reguladoras e compensatórias do Estado, o que significa uma hegemonia da lógica dos mercados no processo de reestruturação produtiva. Com isso, pode haver uma desigualdade na distribuição dos custos e benefícios entre regiões e segmentos sociais, sendo que alguns poderão ser excluídos dos ganhos decorrentes do processo de integração.

Bibliografia

- ALMEIDA, Alfredo W. Berno de (1995). Exportação das tensões sociais na Amazônia: brasivianos, brasuelanos e brajolas: identidades construídas no conflito. **Travessia**: revista do imigrante, São Paulo : CEM, v.8, n.21, p.28-36, jan./abr.
- ALONSO, José A. F., BENETTI, Maria D., BANDEIRA, Pedro S. (1994). **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul**: causas e perspectivas. Porto Alegre : FEE.
- BOURDIEU, Pierre (1989). A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: —. **O poder simbólico**. Lisboa : Difel/Rio de Janeiro : Bertrand Brasil. cap.5.
- CAPRA, Fritjof (1988). **Sabedoria incomum**. São Paulo : Cultrix.
- MÉLO, José Luiz Bica de (1997). Reflexões conceituais sobre fronteira. In: CASTELLO, Iára Regina et al., orgs. **Fronteiras na América Latina**: espaços em transformação. Porto Alegre : Ed. Universidade/ FEE. p.68-74.
- NOVY, Andreas (1994). **Some reflection on common markets and common borders in Latin America**. Stadtschleining, Aust. (Paper presented at the ‘Common borders, common market, common question’ – symposium; mimeo).

OLIVEIRA, Naia, coord. (1996). **A fronteira oeste no RS na integração latino-americana**. Porto Alegre : FEE. 144p. (Documentos FEE).

SCHÄFFER, Neiva Otero (s.d.). **O comércio de rua na fronteira**: nova dimensão de uma prática tradicional. Porto Alegre : UFRGS/ Departamento de Geografia. (mimeo).

SCHÄFFER, Neiva Otero. (1996) Mercosul e transformações recentes na fronteira meridional. In: FARRET, Ricardo, org. **Modernidade, exclusão e a espacialidade do futuro**. Brasília. p.375-391. (Anais do Encontro Nacional da ANPUR, 6).

SCHWEITZER, Alejandro F. (1996). Frontières et aménagements du territoire dans le cône sud de l'Amérique Latine: intégration frontalière de l'Argentine et les pays du Bassin de La Plata. In: SEMINAIRE ALDG 2., **Geopolitique, Réseaux Industriels et Aménagement**. (mimeo).

SILVA, Sidney Antonio da (1998). Costureiros hoje "oficinistas" amanhã? Indagações sobre a questão da mobilidade econômica e social entre os imigrantes bolivianos em São Paulo. ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1997. Curitiba. **Anais...** Curitiba, p.383-394.

SPRANDEL, Maria Anita (1995). Os movimentos de repatriamento. **Travessia**: revista do imigrante, São Paulo : CEM, v.8, n.22, p. 15-22, maio/ago.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes (1994). Integração, desenvolvimento e meio ambiente. In: LEHNEN, Arno Carlos et al., orgs. **Fronteiras no Mercosul**. Porto Alegre : Ed. da Universidade/UFRGS; Prefeitura Municipal de Uruguaiana. p.136-140.

VALENCIANO, Eugênio O. (1996). La Frontera: un nuevo rol frente a la integración - la experiencia en el Mercosur. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.17, n.1, p.185-205.